



Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



Nº 23/2024 | APEOESP - SINPEEM - AFUSE | 21 de junho

Carta Aberta aos professores, funcionários, estudantes e suas famílias

UNIFICAR NACIONALMENTE AS LUTAS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA!

Este ato, do dia 21/6, deve aprovar:

Que os sindicatos da educação, Apeoesp, Afuse e Sinpeem convoquem as assembleias para organizar um poderoso movimento contra os violentos ataques do bolsonarista Tarcísio!

Que os sindicatos, centrais, entidades estudantis e movimentos sociais realizem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas em todo o país, em defesa dos empregos, salários, direitos, saúde e educação, e contra as privatizações!

Companheiros(as),

Os governos têm realizado uma série de ataques sobre a Educação pública, que atingem a todos nós, professores, funcionários de escola, estudantes e seus familiares. São medidas que ampliam o sucateamento e a privatização, que retiram direitos dos trabalhadores, que excluem o estudante-trabalhador, que visam aumentar o controle político-ideológico por parte do Estado e só servem para beneficiar um punhado de grandes capitalistas. Em nada mudarão o quadro de falência da Educação – na verdade, certamente piorarão esse quadro.

Vejamos o conjunto de medidas e seus efeitos:

- Privatização: o governador Tarcísio publicou um decreto autorizando a privatização de 33 escolas estaduais, de modo que as empresas ficarão responsáveis pela construção, manutenção, gestão, vigilância, entre outras atividades nas unidades novas de Ensino Médio e Ensino Fundamental II. As 33 escolas estarão divididas entre os municípios de Arujá, Guarulhos, Suzano, Diadema, Carapicuíba e São José dos Campos.

Tarcísio já havia anunciado a pretensão de avançar com as privatizações na área Educação, mas aproveitou a aprovação de um projeto semelhante pelo governador Ratinho Jr., no Paraná, para ir adiante com seu plano em SP. É preciso ressaltar que Tarcísio tem um plano de privatização geral, muito além da Sabesp, Metrô e CPTM.

Nenhuma mudança favorável aos trabalhadores e estudantes virá com a privatização. Pelo contrário, os bolsonaristas Ratinho e Tarcísio caminham juntos na desresponsabilização do Estado para com os serviços públicos. Implementaram as plataformas digitais para favorecer os negócios privados e entregaram aos capitalistas as escolas públicas, para que possam lucrar às custas do Estado. **Aprove-mos uma verdadeira campanha contra a privatização das escolas, que certamente deve ter como ponto de partida a convocação de assembleias e a preparação da greve.**

- Novo Ensino Médio (NEM): o Projeto do NEM aprovado na Câmara dos Vereadores está agora sendo analisado pelo Senado. Trata-se de um Projeto totalmente alinhado com os interesses privatistas, que mantém os odiados “itinerários”, não muda nada em relação aos verdadeiros problemas da

Educação brasileira, não aponta concretamente para a diminuição da quantidade de alunos por sala, mantém a excessão do ensino a distância (EaD), entre outros problemas.

No Senado, surgiu novamente a proposta de reduzir a chamada “formação geral básica”, para poder ampliar, principalmente, a “formação técnica/profissional”. O que significa favorecer as parcerias público-privadas (isto é, a privatização), já que as escolas públicas não têm condições/estrutura para oferecer esses cursos, pois não têm laboratórios, ferramentas, professores com as formações específicas etc. Os estudantes, professores e funcionários devem rechaçar o engodo do NEM, e lutar em defesa de um único sistema de ensino público, gratuito, laico, vinculado com a produção social, ou seja, que uma a teoria à prática, e que esteja sob o controle dos que estudam e trabalham. **Derrotemos a farsa do Novo Ensino Médio, por meio da mobilização nacional de professores, funcionários e estudantes.**

- Militarização: a aprovação do PL 9/2024, que institui as escolas cívico-militares em São Paulo, é mais um passo da intervenção do Estado policial na Educação do país. A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou o projeto do governador Tarcísio de Freitas, com 54 votos contra 21 contrários.

A ideia de uma escola pública regida pela força policial, como maneira de garantir uma disciplina de ferro, certamente fracassará. O resultado será o de reforçar a ditadura de classe da burguesia sobre os explorados e, em particular, sobre a juventude oprimida.

É inconcebível para a burguesia a existência de uma escola pública democrática, que implica a mais ampla liberdade de ensino, elaboração curricular, organização estudantil e manifestação sindical e política.

Os politiquieiros que procuram modelar a escola pública à semelhança dos quartéis estão obrigados a ocultar as causas da falência do ensino. A escola pública traz para dentro de si e reflete as chagas da sociedade de classe, que não tem como incorporar a juventude no trabalho e no ensino.

Não tendo como contornar a crise social potenciada pelo desemprego massivo da juventude e pela pobreza e miséria, e não tendo como reverter a proliferação da criminalidade, das drogas e da marginalidade, o Estado não tem outra resposta, a não ser impor uma ordem militarista e policial. As consequências serão o esmagamento da escola

pública e a imposição da violência institucional desfechada contra a juventude que se rebela, de uma forma ou de outra. **Organizemos, desde já, a luta contra a implantação das escolas cívico-militares.**

- Contratos precários: após uma atribuição de aulas caótica no início do ano, problema que arrastou por meses, muitos professores continuaram sem emprego ou tiveram de se submeter ao subemprego. O governo estadual anunciou recentemente que irá chamar os 15 mil que passaram no último concurso, número que passa longe de resolver a crônica falta de professores da rede. E anunciou mais um Processo Seletivo Simplificado para a contratação precária, para 2025.

Para os professores, isso significa a preservação da odiosa segregação que separa efetivos e contratados, estes com salários menores e menos direitos, sem estabilidade. Para os estudantes, isso significa a manutenção da precarização do ensino, das aulas vagas etc. **Nossa luta deve ser pela estabilidade a todos, com a efetivação de todos os contratados.**

- Ensino Integral: o governo estadual continua ampliando o PEI (Programa de Ensino Integral), apesar das falas do secretário Feder, que havia afirmado que não investiria mais nesse modelo.

Há uma lista com várias escolas em todo o estado na mira para se tornarem PEIs. Não sem resistência: na Escola Prof. Pio Telles Peixoto, no bairro do Jaguará/SP, a comunidade escolar conseguiu impedir a transformação para PEI na reunião do Conselho, um importante exemplo de combatividade!

Para a juventude, o PEI tem significado apenas mais tempo de permanência na mesma escola falida de sempre. Tem resultado na eliminação dos cursos noturnos, principalmente da EJA, o que tem levado à exclusão do estudante-trabalhador.

Para os professores, o PEI tem dificultado o acúmulo de cargos – e aqui cabe uma explicação: os professores não acumulam cargos por escolha, e sim por necessidade, tendo em vista que o salário de uma rede não dá para sustentar a família. Nas escolas do PEI, também o controle político-ideológico é muito maior, sendo comum a cessação da designação daqueles que não demonstrem o “perfil” do Programa, ou seja, que não rezam a cartilha do diretor e dos superiores na hierarquia.

Nossa luta é pela extinção das PEIs e abertura de todas as salas de aula e turnos fechados. Redução do número de alunos por sala, no máximo 25 alunos. Nenhum estudante fora da escola. Nenhum professor sem emprego!

- Repressão: os governos têm intensificado a repressão sobre os lutadores. No Paraná, os manifestantes contrários à privatização das escolas pelo governador Ratinho Jr. foram recebidos com balas de borracha, bombas de gás e demais apetrechos do aparato repressivo na Assembleia Legislativa. Em São Paulo, o mesmo se passou com os estudantes e trabalhadores na Alesp, quando da votação do PL das Escolas Cívico-Militares. Na rede municipal de ensino, o prefeito Nunes tem atacado os grevistas com o corte de ponto (não pagamento dos salários).

Como se vê, os planos de destruição do ensino público têm enfrentado a resistência instintiva dos explorados. O que falta é a direção das entidades estudantis (UNE, UBES, UEE, UPES, UMES), dos sindicatos, das confederações (principalmente a CNTE), das centrais sindicais e dos movimentos sociais saírem da paralisia em que se encontram. As condições para a unificação dos movimentos em defesa da Educação, dos serviços públicos e dos explorados em geral estão plenamente dadas. **É urgente a convocação de um**

Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas em todo o país, levantando as bandeiras de defesa dos empregos, salários e direitos.

As Universidade e Institutos Federais apontaram o caminho da greve. As reivindicações são praticamente as mesmas dos professores e funcionários da Educação Básica: salários, condições de trabalho e direitos. O governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin tem sido duro com os grevistas, mantendo o índice de 0% de reajuste em 2024. Postura semelhante foi vista nas campanhas salariais da Educação em vários estados e municípios do país, predominando a linha do arrocho, com reajustes abaixo da inflação. Isso, sem contar os ataques contidos nas reformas previdenciária, trabalhista e administrativa, tanto em âmbito nacional, como regional.

Terceirização: Tarcísio segue a política dos governos do PSDB. Expande a terceirização nas escolas públicas. Em vez de funcionários efetivos, Tarcísio continua contratando empresas privadas para os serviços escolares. Essa foi a porta aberta para impor a privatização de 33 escolas. As empresas terceirizadas sugam o sangue dos trabalhadores, atrasam os salários e não pagam os direitos trabalhistas. A Afulse não move uma palha para unificar os funcionários efetivos e contratados, entre eles os terceirizados. A Apeoesp, por sua vez, não faz um verdadeiro combate pelo fim da terceirização. Chega de corpo mole! **A nossa luta é pelo fim da terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados.**

Professores, funcionários e estudantes, dá para notar que a situação é grave. Está em curso uma poderosa onda de destruição das nossas escolas. Precisamos estar atentos! Nossa tarefa é exigir das direções sindicais e estudantis que rompam com imobilismo, temos de ampliar o trabalho de mobilização em cada escola, em cada bairro.

Não podemos aceitar que as direções do movimento abandonem o campo da luta em nome da campanha por seus candidatos. Nenhuma solução aos explorados virá pela via do voto nas eleições controladas pela burguesia. Todas as conquistas obtidas pela juventude e pelos trabalhadores sempre foram resultado da luta. Nesse sentido, devemos rejeitar o oportunismo daqueles que querem transformar as lutas em trampolim eleitoral. Não! Devemos confiar apenas em nossas próprias forças e lutar no campo da independência de classe!

Se nossas lutas devem começar pelas reivindicações mais sentidas, em cada escola e em cada bairro proletário, isso não quer dizer que temos de perder de vista os problemas mais amplos, pois esses nos afetam também, e acabam resultando em mais planos de retirada de direitos, em mais arrocho salarial, devido ao aumento do preço das mercadorias etc.

Estamos nos referindo, por exemplo, às guerras de dominação, como ocorre na Ucrânia e no genocídio dos palestinos praticado pelo Estado sionista de Israel; estamos falando nos desastres climáticos, como se deu no Rio Grande do Sul, onde os mais afetados foram e continuam sendo os mais pobres e oprimidos; enfim, estamos falando de todas as questões gerais, que são reflexos da crise estrutural do capitalismo, que devem ser enfrentadas com o programa revolucionário do proletariado, classe que deve assumir a direção de toda a nacionalidade oprimida, numa luta de vida ou morte contra a burguesia e o capitalismo, que é a raiz de todos os problemas que recaem sobre os nossos ombros.

A Corrente Proletária na Educação/POR chama os professores e funcionários de escola, a juventude oprimida e demais explorados a se levantarem contra esse conjunto de ataques dos governos e dos capitalistas. Essa luta deve abranger todos nós, efetivos, contratados, desempregados, estudantes-trabalhadores e seus familiares, em um combate só em todo o país, em defesa da escola pública.